

# DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA:

redefinição das relações comunidade/Estado/  
informação

Dilermando Allan Filho

## Introdução

**P**ara falarmos em democratização da mídia como instrumento de redefinição das relações comunidade/Estado/informação precisamos estimular o pensamento do leitor desse artigo por meio de reflexões que o preparem para a abordagem desse importante tema.

Assim, devemos começar com a questão do papel da inteligência e sua relação com o Estado. Vamos buscar essa questão num depoimento de Antonio Houaiss:

*"A inteligência não se põe a serviço do poder, mas contra o poder. Quer queiramos, quer não, essa tem sido a sua predestinação: dar um passo à frente na realidade objetiva. A inteligência existe para apreender o real e torná-lo mais eficaz. Por isso mesmo é externamente crítica. A inteligência é inconformista e propõe sempre a inovação".*

**O** artigo trata das relações Estado x sociedade, analisado o papel e interesses de cada um dos atores sociais. Faz uma avaliação de como essa relação é estabelecida no confronto e na cooptação. Retoma a questão da censura da produção intelectual, seja ela velada ou explícita e analisa a condição de dependência da sociedade face a existência numerosa de organismos de incentivo e controle dessa produção. Registra o atual estágio da legislação referente à liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Finalmente, aponta direções e questiona de onde virá o movimento de transformação dos meios de comunicação na busca de sua democratização. A iniciativa caberá a quem? À sociedade civil ou ao Estado?

Quando nos viramos para o papel do Estado, relembramos que ninguém cede, tendo o poder, para se enfraquecer. O Estado autoritário tem a sua dinâmica especial e própria: ele só vive e subsiste com o alargamento do poder, alargamento que não significa necessariamente a concentração, em rumo totalitário. Para estender sua área de dominação, nem sempre recorre ao fechamento no círculo de comando, senão que cria algu-

mas pontes que o alimentam - pontes cooptativas, recrutadoras de novos apoios, apoios moldáveis ao sistema, destruindo, por essa via a expressão representativa e autônoma da sociedade civil.

Como ele mantém o controle desse processo?

Através da censura, seja ela explícita ou não. Nos anos 1964-1978, o Estado brasileiro foi colocado no centro da produção cultural do país. Mesmo nos anos recentes, praticamente todas as condições de produção, comunicação e debate das produções artísticas e científicas passaram a ser controladas ou influenciadas pelos ministérios, conselhos, comissões, institutos ou outros órgãos do Estado. A televisão, o rádio, o jornal, a revista, a editora, a escola, o teatro, o cinema, a música, todas as esferas de criação e debate culturais acham-se sob o controle ou influência do poder estatal; por estímulo, tolerância ou censura.

O público de televisão assiste aos programas que são aprovados; ou que o diretor da empresa de televisão imagina que o governo tolera.

A censura direta ou indireta, aberta ou velada, discreta ou agressiva, está cotidianamente presente nas condições objetivas ou subjetivas nas quais o jornalista, ou artista, ou professor e o pesquisador desempenham o seu trabalho.

Apesar de tudo isso que relembramos, substanciais alterações estão ocorrendo e é fundamental que haja liberdade de pensamento. Policiá-lo é uma forma medieval de uniformizar, ou catequizar, ou rotinizar o País. Todas as formas de liberação interior têm que ser garantidas.

Balaceando a história das coerções ao longo da humanidade, desde a antiguidade grega, pode-se fazer um repasse disso que se chama pelo nome genérico de censura. Chega-se à conclusão de que ela pode ter tido momentos benéficos, muito pequenos, e enormes períodos maléficis. Mas sempre foi benéfica quando deixou de ser exercida.

Se aceitarmos, com Raymond Aron, que *a liberdade não é um sonho que passa, mas uma luta que nunca cessa*, seremos levados a dizer que a posição da sociedade brasileira perante a democratização dos meios de comunicação é de constante luta, pois a crise é antiga e os avanços não serão conseguidos sem organização e disputa de poder com os grupos que dominam esses recursos há muitas décadas.

No campo da imprensa escrita, alguns jornais têm tradição política capaz de permitir assumir a função de canais de manifestação da opinião pública, mesmo que com dificuldades de se desligar dos interesses dos seus controladores; no entanto, a televisão e o rádio

sempre foram cerceados para exercer esta função, pois trabalham sempre na base do consentimento oficial, dada a sua condição de concessionários.

Se as mudanças forem alcançadas e chegarmos a uma condição democrática estável de libertação dos meios de comunicação da tutela do Estado, eles (entendido não apenas a imprensa escrita, o rádio, a TV, mas também o teatro e o cinema) poderão voltar a viver a experiência conhecida logo depois de 1945 e permitir um renascimento da informação e da cultura de uma maneira geral.

Assim, diante de uma transição, não podemos deixar de indagar: o que está mudando? E o que está continuando? Para as pessoas empenhadas em atividades políticas, para os cidadãos que defendem um determinado projeto para a transformação da sociedade em que vivem, essas duas perguntas se desdobram numa terceira: o que pode - e precisa - mudar?

As respostas a essas indagações definem as diferentes posições daqueles que as formulam. No caso da transição brasileira as posições das forças que têm de algum modo participado da transição são, com frequência, contrastantes. As correntes mais conservadoras querem mudanças mínimas; só reconhecem como necessárias modificações que não afetam nada de substancial na organização da sociedade. As tendên-

cias mais progressistas estão empenhadas, ao contrário, em promover transformações profundas e significativas na nossa formação econômico-social.

A questão fundamental que emerge nesse quadro de transição é a questão da cidadania. Historicamente, os liberais foram pioneiros na abordagem do tema e Spinoza chegou a formular, a respeito da cidadania, idéias bastante avançadas. No entanto, o liberalismo sempre revelou traços de ambigüidade, de um lado apoiava a liberdade, a tolerância e a proteção à cidadania; enquanto o outro combatia os democratas, a igualdade que protegia os privilégios de classe e a propriedade privada.

No caso dos liberais brasileiros, a dualidade assume formas muito mais graves, porque o lado agressor tem se mostrado historicamente muito mais forte que o lado tolerante. Os nossos liberais se adaptaram, com frequência, ao convívio com a escravidão negra; e Joaquim Nabuco, o aristocrata que se destacou na campanha abolicionista, assumiu em seguida posição hostil à República.

Hoje, vivemos uma situação diferente e os liberais tratam de se adaptar aos novos tempos. Porém se defrontam, nesse esforço de adaptação, com o desafio da cidadania: a Constituição atual exige decisões concretas, opções definidas.

**O** efetivo exercício da cidadania tem sido e continua sendo dramaticamente cerceado da nossa sociedade. Basta lembrar os atuais e inúmeros exemplos da relação da classe pobre e marginalizada com a polícia, o braço armado do Estado.

Como poderemos enfrentar nesse quadro a defesa de alguns dos mais essenciais direitos do homem: o direito à expressão, à criação e à informação?

O fortalecimento da sociedade civil será um dos pré-requisitos para obter vitórias significativas nessa imensa luta - *a democratização dos meios de comunicação*. Enquanto não houver uma sociedade consciente, disposta e organizada, nosso destino é permanecer no quadro atual, onde o debate sobre o econômico assume total preponderância sobre o cultural, como se na moeda estivesse a solução de todos os nossos males e legítimos anseios existenciais.

---

### **Mudanças tecnológicas - cenário prospectivo**

---

**A**s mudanças que já ocorreram e ainda estão ocorrendo na transmissão eletrônica de informações vão alterar profundamente os modelos de comunicação e educação existentes hoje no Brasil.

**Na educação:** As escolas vão ser fortemente afetadas à medida que oferecermos outros meios de or-

ganização e transmissão de conhecimento: computadores, vídeos e TV's locais; como também quando elas deixarem de ter a primazia da formação de pessoas e profissionais. As empresas ocuparão espaço importante, assim como a comunidade organizada, sindicatos e associações.

**Na comunicação:** Com o desenvolvimento da telemática, *transmissão de grande volume de dados e altas velocidades*, o surgimento de maior número de satélites e da fibra ótica, as mudanças ocorrerão não só pelas facilidades da tecnologia como pelo barateamento do custo da produção e da transmissão de dados e imagens.

O modelo atual de produção e transmissão de TV, altamente concentrado nas mãos de apenas alguns grupos empresariais, vai ser fortemente pressionado a mudanças. O grande esforço paralelo que terá que avançar é o político, que leva a mudanças nas legislação atual totalmente ultrapassada. Teremos que questionar profundamente a sistemática de concessão de canais privilegiados, que fogem do controle da sociedade.

A TV a cabo e a TV transmitida por antenas parabólicas, irão permitir a reformulação do modelo atual, democratizando a produção e a transmissão.

O cenário tecnológico é totalmente favorável a mudanças. Os cus-

tos serão cada vez mais baixos e a simplificação dos equipamentos é progressiva e constante.

---

### **Mudanças culturais**

---

**E**ssas mudanças significam criar o hábito de discutir os seus problemas e analisar a sua realidade com o apoio da mídia eletrônica.

A mídia tal como foi apresentada nesse texto pode ser instrumento de mudanças, na medida do seu uso como efetivo meio de comunicação entre as pessoas e os grupos sociais com base no enfoque de sua própria realidade. Para que isso aconteça, é necessária uma profunda mudança cultural na sociedade, abandonando a postura passiva de espectador dos acontecimentos para agente de sua própria história.

Deveremos deixar de ser consumidores de produtos concebidos na cabeça dos grupos dominantes e nos tornarmos realizadores do processo de comunicação. Passaremos a ser criadores dominando a linguagem cinematográfica e televisiva, produzindo seus próprios programas, onde discutiremos os nossos problemas e buscaremos novas soluções.

Defendemos as idéias que essas mudanças devem ser estimuladas por meio de cursos de formação de pessoas, no domínio de meios eletrônicos de armazenagem e

processamento de dados e imagens.

Devemos apresentar à comunidade a alternativa de produzir informações para discutir os seus próprios problemas. Auxiliá-los também a desmistificar o modelo atual de comunicação e a entender como as redes de TV manipulam as informações para passar apenas a versão que lhes interessa.

---

### **Alterações na legislação**

---

**N**o Brasil, desde 1967 está em vigor a Lei nº 5250 que propõe regulamentar "a liberdade de manifestação do pensamento e da informação". No entanto esta Lei, limitada e limitante, funciona como um instrumento por meio do qual o Estado continua induzindo o poder a adotar padrões discutíveis no uso da informação de interesse público.

O próprio fato de ser a informação um bem social, assim como as artes e a cultura, evidencia o quanto a lei da informação é uma lei não para as empresas de informação e para os jornalistas, mas uma lei para a cidadania e para a sociedade civil.

A informação e comunicação pertencem aos indivíduos, às comunidades que eles formam e a sociedade.

Hoje se generaliza a convicção de que sem a democratização dos

meios de comunicação não poderá haver, jamais, a democratização da sociedade brasileira.

Não poderíamos, portanto, estar sustentados numa legislação ultrapassada de 1967 e de caráter autoritário. Sendo assim, várias iniciativas foram tomadas pelos legisladores, de forma que temos hoje vários projetos em tramitação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, que tratam da liberdade de pensamento e manifestação. São eles:

a) substitutivo do senador José Fogaça, já aprovado pelo senado federal;

b) projeto do deputado Zaire Resende, que é conhecido como a Lei da Informação Democrática - Proj. n° 2735/92;

c) projeto do deputado José Luiz Clerot, que conta os subsídios da OAB;

d) projeto do deputado Nilson Gibson.

Os dois primeiros projetos são os mais polêmicos. O substitutivo do senador Fogaça conta com o apoio das empresas de comunicação que não querem que ocorram alterações no seu conteúdo, admitem apenas pequenas alterações.

O projeto do deputado Zaire Resende apresenta profundas alterações no sistema de comunicação:

- direito de antena: entidades e movimento social terão direito a espaço gratuito em rádio e televisão;

- emissoras de alcance municipal, sem fins lucrativos, poderão ser instaladas através de simples registro no cartório local;

- fim da multimídia: ninguém poderá ser proprietário de televisão e jornal simultaneamente, ou rádio e jornal;

- restrições ao monopólio: ninguém poderá deter mais do que 30% dos meios de comunicação de um estado ou do país;

- regionalização da produção artística: 40% da programação será ocupada por produção local ou regional;

- todos os jornais e demais veículos de comunicação social terão um "ombudsman";

- uma infinidade de penalidades e cláusulas de responsabilidade, bem como direito de resposta.

Várias entidades representativas organizaram o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e lutam junto a sociedade para obter apoio ao projeto de Lei n° 2735/92 - do deputado Zaire Resende - conhecida como lei da informação democrática.

---

**Conclusões**

---

**D**e onde virá o movimento de democratização da mídia? A iniciativa estará com a sociedade civil? Hoje, mais ativa e organizada, porém ainda não consciente da importância dessa prioritária luta do Estado através de seus gestores? Quando o poder tomará a iniciativa de ceder espaço para que o coletivo assuma um novo estágio de democracia, entendido aqui como o pleno exercício da cidadania?

Como isso se dará? Por quais vias? Provavelmente quando os atores sociais assumirem o papel de agentes da sua própria história.

Vamos acompanhar esse desenlace com o interesse que caracteriza as pessoas ocupadas na redefinição das relações comunidade/Estado/informação. De fato, a verdadeira transformação política de nossa sociedade.

---

**Resumen**

---

**DEMOCRATIZACIÓN DE LOS MEDIOS: REDEFINICIÓN DE LAS RELACIONES COMUNIDAD/ESTADO/INFORMACIÓN**

Trata las relaciones Estado x sociedad, analizando el papel e intereses de cada uno de los actores sociales. Evalúa cómo esa relación es establecida en el confronto y en la cooptación. Retoma la cuestión de la censura de la producción intelectual, velada o explícita, y analiza la condición de dependencia de la sociedad ante la existencia numerosa de organismos de incentivo y control de esa producción. Registra el nivel actual de la legislación referente a la libertad de manifestación del pensamiento y de la información. Finalmente, señala direcciones y cuestiona de dónde vendrá el movimiento de transformación de los medios de comunicación en la búsqueda de su democratización. A quién corresponderá la iniciativa? A la sociedad civil o al Estado?

---

**Abstract**

---

**DEMOCRATIZATION OF MEDIA: REDEFINITION OF THE RELATIONS AMONG COMMUNITY/STATE/ INFORMATION**

The article refers to the relations between State and society, analyzing the role and the interests

---

of each one of the social factors. It analyzes how those relations are established among confrontations and associations. It brings up the issue of censorship on intelectual production, either declared or veiled, and analyzes the dependence of society on numerous organizations that give incentive to and control that production. It registers the present stage of legislatoin refering to freedom of expression and information. Finally, it points out paths and questions which will originate a movement to make the midia more democratic. Who will take the initiative: society or the State?

---

**Dilermando Allan Filho é diretor da DYAL Engenheiros Consultores e coordenador do PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais.**

---